

# Thomas More, utopista *malgré lui*

Jorge Bastos da Silva

Universidade do Porto (Portugal)

## Resumo

Este ensaio tem por objectivo reapreciar o problema da posição de Thomas More na tradição da escrita utópica tomando como ponto de partida a sua situação no contexto dos géneros literários do século XVI. A nossa tese principal é que *Utopia* não é de todo uma utopia. Interessa-nos o modo como o livro se apresenta enquanto artefacto literário adentro da cultura literária e filosófica do Renascimento, e bem assim as dinâmicas de canonização que fizeram tomá-lo por texto fundador da tradição da utopia literária.

## Palavras-chave

*Utopia*, Thomas More, cânone literário, retórica, paródia.

Jorge Bastos da Silva é Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem como principais áreas de investigação a Literatura e a Cultura Inglesas, os Estudos de Tradução e Recepção, e os Estudos sobre a Utopia. Doutorou-se em 2007 com uma tese intitulada *A Mundividência Heróica e a Instituição da Literatura. Poética e Política das Letras Inglesas na Época de Addison e de Pope*. É ainda autor dos livros *O Véu do Templo. Contributo para uma Topologia Romântica* (Porto: Porto Editora, 1999), *Utopias de Cordel e Textos Afins. Uma Antologia* (Vila Nova da Famalicão: Quasi, 2004) e *Shakespeare no Romantismo Português. Factos, Problemas, Interpretações* (Porto: Campo das Letras, 2005). Co-organizou os volumes *Desígnios Augustanos. Estudos sobre a Rainha Ana de Inglaterra e a sua Época* (2003, com Fátima Vieira), *George Orwell: Perspectivas Contemporâneas* (2005, com Fátima Vieira) e *Nowhere Somewhere: Writing, Space and the Construction of Utopia* (2006, com José Eduardo Reis). É investigador do CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este ensaio tem por objectivo reapreciar o problema da posição de Thomas More na tradição da escrita utópica tomando como ponto de partida a sua situação no contexto dos géneros literários do século XVI. A nossa tese principal é que *Utopia* não é de todo uma utopia. Interessa-nos o modo como o livro se apresenta enquanto artefacto literário adentro da cultura literária e filosófica do Renascimento, e bem assim as dinâmicas de canonização que fizeram tomá-lo por texto fundador da tradição da utopia literária.

Temos consciência de que o nosso argumento surge contra uma corrente que leva quase quinhentos anos de escrita de e sobre utopias, mas o nosso intento não é pôr em causa a relevância da tradição utópica, antes compreender com maior clareza de que modo essa tradição foi estabelecida. Com esse propósito, pretendemos considerar a arquitectura global da obra escrita por More – na verdade, considerar *o livro* publicado por conta de More em 1516 e reeditado por três vezes em 1517 e 1518 –, não a visão da ilha da Utopia atribuída à personagem Rafael Hitlodeu.

Um dado fundamental relativo ao lugar da obra de More no seu tempo prende-se com o facto de ela não corresponder a qualquer dos géneros reconhecidos. No primeiro quartel de Quinhentos não existia um dispositivo de convenções genéricas pelo qual pudesse ser reconhecido o *tipo* de obra literária constituído pela *Utopia* de More, ainda que os leitores instruídos identificassem prontamente outros tipos de realizações literárias, como a tragédia, a comédia, a epopeia, o soneto, a elegia, o epigrama, o auto de moralidade, a mascarada, o imaginário pastoril com as suas variantes<sup>1</sup>. Não significa isto que a *Utopia* de More denote falta de consciência das suas qualidades retóricas por parte do autor. Muito pelo contrário. Mas significa que a noção da utopia como género literário distava ainda na história da literatura de ideias, e que, em nosso entender, não era intenção de More firmar essa noção com a sua obra. Não é decerto acidental – e não é despiendo o facto – que os autores demorassem a explorar as potencialidades desse putativo género novo. De acordo com a bibliografia de utopias britânicas elaborada por Lyman Tower Sargent, o segundo texto da tradição data apenas de 1579 (mais de sessenta anos após a publicação da obra de More, portanto), registando-se somente mais quatro textos até ao final do século XVI (cf. Sargent, 1988, p. 1-3). Os dados concernentes aos outros países europeus não alteram este panorama. Considerações retóricas à parte (iremos a elas dentro em pouco), isto sugere a desadequação (por assim o dizermos) da *Utopia* de More para o papel de modelo de um género: não só não havia textos reconhecivelmente análogos com os quais a obra se irmanasse aquando da sua vinda a lume, também não houve descendência directa significativa.

Paradoxalmente, a utopia literária é um género realista, já que representa uma situação ficcional recorrendo a uma retórica de verosimilhança: o viajante pretende ter estado na Utopia e fornecer uma descrição fidedigna daquilo que viu. Além disso, as utopias procuram tipicamente persuadir o leitor não apenas de que a sociedade imaginada existe de facto mas também de que ela é boa, de que deve ser seguida

<sup>1</sup> De uma maneira geral, podem consultar-se os textos compilados nas seguintes duas antologias: Vickers, 1999 e Alexander, 2004. Um apanhado sistemático da cultura das Letras à época encontra-se em Marino, 1996, p. 84-150.

como exemplo, e de que as condições de vida lá verificadas são passíveis de efectiva reprodução nas circunstâncias históricas em que o leitor vive. Mas tais características e pressupostos fazem curto-circuito na *Utopia* de More, que combina técnicas realistas com uma panóplia de estratégias retóricas que chamam a atenção para a sua natureza de artefacto literário. Uma dessas estratégias retóricas é a paródia<sup>2</sup>. (Na medida em que depende do estabelecimento de relações intertextuais, a paródia opera obviamente no texto como uma estratégia auto-reflexiva, não realista.) A *Utopia* de More é um diálogo filosófico, como os de Platão ou os de Cícero, mas, ao contrário daquele, é um diálogo no qual a noção de autoridade surge deslocada, porquanto a personagem principal é um néscio, uma espécie de bobo (Hitlodeu, “aquele que diz disparates”), em vez da personagem que ostenta o nome de Thomas More. A descrição da Utopia dada por Hitlodeu pode ser lida como uma paródia da *República* de Platão – ou da especulação político-filosófica em geral – e como uma paródia das histórias de viagem e descoberta que tanto interessavam aos leitores da Renascença. Acresce que há no texto um forte elemento de auto-paródia. Não apenas permite Thomas More que Hitlodeu o desloque do lugar de figura principal do diálogo, o próprio More e os seus amigos (nas cartas inclusas no volume) retratam o *homem Thomas More* como um influente e prestigiado cidadão de Londres, uma das glórias da sua nação e um dos maiores intelectuais da Europa. *Moriae encomium*: elogio da sandice, de facto. Como o será o próprio título da obra, considerado em toda a sua extensão, que a designa como um “verdadeiro livro de ouro” – *libellus uere aureus* (Morvs, 2006, p. 342-343). Tão desbragada ufanía deve desde logo alertar-nos para o facto de grande parte do conteúdo da obra ter sido escrito como provocação bem-humorada, como *jeu d'esprit*. Por outro lado, as cartas de congratulação dos outros humanistas podem ser lidas como paródias das convenções editoriais da época, e bem assim o elogio rasgado dirigido a Henrique VIII no *incipit* do Livro I enquanto “[...] o invictíssimo rei de Inglaterra, [...] um dos mais prendados em todas as artes de um príncipe egrégio [...]” (Morvs, 2006, p. 389) valerá como paródia do habitual discurso de encómio ao monarca.

Importante é também o facto de a personagem Thomas More declarar que não aceita, seja como desejáveis, seja como praticáveis, para a Europa, todos os aspectos da vida na Utopia que Hitlodeu descreve. É claro que isto se destina a provocar um certo tipo de inquietação, e tem relevância para a questão do género. A *Utopia* de More é um texto de significação calculadamente indefinida e instável, mas a tradição da utopia – que supostamente se funda na obra moreana – concilia-se mal com esse tipo de indefinição e de instabilidade. Com efeito, as utopias dependem caracteristicamente da ficcionalização de ideias, e os leitores tendem a lê-las para ficarem a saber o que o autor tem a dizer sobre o mundo e quais as suas intenções. Os utopistas combinam a qualidade de pensadores com a qualidade de ficcionistas. O que eles *querem dizer* importa – o que significa que se espera que queiram dizer alguma coisa, que tenham propostas substantivas a fazer, não que se limitem a inquietar o leitor com o seu engenho.

<sup>2</sup> Neste ensaio em que apenas esboçamos a nossa tese, sem aduzirmos todos os dados de corroboração pertinentes ao argumento, limitamo-nos a abordar a questão da paródia, que é somente um dos aspectos reveladores da consciência e da intencionalidade autorais relativamente aos tropos empregados. De resto, como nota Wolfgang Müller, “No Renascimento influenciavam-se Retórica e Poética reciprocamente de forma tão intensa, e ligavam-se de modo tão estreito, que as duas disciplinas, tendo efectuado já uma aproximação significativa na Antiguidade, mal podiam ainda distinguir-se” (1993, p. 225, tradução nossa).

O engenho retórico que transparece na *Utopia* de More obedece justamente a este último propósito: a personagem Thomas More instana no final da obra a encarar com certa reserva aquilo que Hitlodeu conta acerca da sociedade da Utopia, mas não especifica que parte do relato deve ser rejeitada e que parte deve ser acatada como exemplar (cf. Morvs, 2006, p. 672-673); enquanto Hitlodeu, que, como o seu nome sugere, não é merecedor de credibilidade, subsiste um veemente defensor dos valores utopianos. A retórica de indecidibilidade constitutiva do texto deixa o leitor com muito poucas certezas relativamente às intenções do autor, àquilo que ele *quer dizer*. O leitor confronta-se com a possibilidade de interpretações divergentes, que contudo não se anulam reciprocamente porque são feitas conviver em equilíbrio tenso dentro de um mesmo quadro proposicional e narrativo. No que respeita ao seu conteúdo ideológico ostensivo, a obra de More é, em última instância, uma obra aberta.

No entanto, o livro tem um conteúdo *cognitivo* que em muito ultrapassa qualquer debate acerca da desejabilidade ou da viabilidade, para os Europeus, de um ou outro aspecto particular do modo de vida utopiano. O livro apresenta-se dominado por uma estrutura retórica que não implica um puro e simples descrédito da imagem da Utopia oferecida por Hitlodeu, antes aponta para o descrédito geral de toda e qualquer visão dogmática e auto-confiante da sociedade humana perfeita. Este aspecto depende da apresentação de Hitlodeu como figura de perfeito humanista do Renascimento, tanto homem de acção como erudito consumado (cf. Morvs, 2006, p. 396-401), e contudo divulgador de coisas mais ou menos absurdas – mais uma vez, portanto, uma paródia. “Há certo método na sua loucura”, poderia dizer-se dele como Polónio diz de Hamlet – mas, presumivelmente, é de loucura em todo o caso que se trata. E, claro está, o que no texto se discute acerca dos conselheiros dos príncipes reflecte ironicamente sobre a figura do próprio Thomas More, já por alturas de 1516 – como aliás a obra regista – homem da confiança do seu rei, uma vez que coloca o problema das possibilidades da acção e bem assim das possibilidades do conhecimento<sup>3</sup>. Assim, toda a retórica de indecidibilidade corporizada na obra traduz um virtual cepticismo que põe em causa a crença na perfectibilidade dos seres humanos que constitui um pressuposto central da tradição utópica<sup>4</sup>.

Se estamos certos, então, nesta leitura que parece feita a contrapelo, a *Utopia* de More não cuida de propor uma nova visão para a sociedade. Diversamente, trata de advertir para os excessos de auto-confiança intelectual em que podem cair as críticas à sociedade e as propostas de mudança, questão tanto mais candente quanto o autor viveu numa época de intensa controvérsia. Esta interpretação da obra permite-nos apreender dois pontos que reputamos importantes.

Em primeiro lugar, não existe incoerência entre a defesa da tolerância religiosa que se encontra em *Utopia*, aliás atribuída ao fala-barato Hitlodeu, e o papel que More desempenhou, quer como magistrado, quer nos seus escritos polémicos, na sua acção contra os Protestantes. Em nossa opinião, não é explicação satisfatória dizer, como fazem Frank e Fritzie Manuel, que em 1515-16 havia condições intelectuais para brincar com ideias que deixaram

<sup>3</sup> Stephen Greenblatt emprega o termo “self-cancellation” a este pretexto, considerando Utopia a par de outras obras de More (cf. 1984, p. 11-73).

<sup>4</sup> Sublinhe-se que nos referimos a um cepticismo que abarca as potencialidades da razão e da virtude humanas, terminando, pois, aquém da revelação, que se situa num plano completamente distinto.

de se verificar quando eclodiu a Reforma (cf. Manuel & Manuel, 1979, p. 136-144). Mais pertinente será considerar que, para More, os reformadores tinham pretensões à verdade, querendo subverter as instituições e os valores estabelecidos, porque se presumiam possuidores daquele mesmo tipo de autoridade doutrinal que *Utopia* desacredita. A prevenção relativa aos excessos de auto-confiança intelectual que se encontra no cerne de *Utopia* é absolutamente acorde com a atitude de More nas suas polémicas contra Lutero e Tyndale, que entendia estarem a trilhar um caminho de orgulho e por ele serem conduzidos à heresia<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, o estabelecimento da tradição da utopia literária processou-se por meio de uma selecção dos traços constitutivos da *Utopia* de More que descurou as implicações mais fundas do edifício retórico e, portanto, do significado da obra. E é possível que, tal como a consciência de tais implicações depende de tomarmos a obra como livro, o estabelecimento do género seja em parte explicado por recurso a dados de natureza bibliográfica. No decurso dos séculos XVI e XVII, as sucessivas edições de *Utopia* não raro omitiram os paratextos, quer quando publicavam o texto latino, quer no caso das traduções em vernáculo. Em alguns casos, até, foi apenas publicado o Livro II<sup>6</sup>. Parece pois provável que o modo como se apropriaram da obra os editores e os tradutores tenham contribuído para o modo como puderam aproveitá-la, a prazo, os escritores criativos – os utopistas.

Em síntese, dir-se-á que Thomas More pode ter lançado as bases para o estabelecimento da utopia como um género entre os géneros literários, mas da complexa arquitectura retórica da sua obra infere-se que não era essa a sua intenção. Ou melhor, ele produziu um livro que desafiava tanto a categorização como a interpretação definitiva e do qual outros autores puderam selectivamente retirar um modelo para a criação das suas próprias utopias. O narrador exemplar desses autores, na verdade, não é Thomas More mas Rafael Hitlodeu. Aquilo que a obra de More oferece é, assim, ora um modelo, ora uma crítica aplicável a uma tradição particular de escrita utópica. Subsistindo nesse estatuto de ambivalência, *Utopia* constitui um exemplo maior das dinâmicas da canonização literária e da apropriação intelectual que nenhum escritor, *hélas!*, consegue controlar.

## Referências

- ALEXANDER, Gavin (ed.). *Sidney's "The Defence of Poesy" and Selected Renaissance Literary Criticism*. London: Penguin, 2004.
- CAVE, Terence (ed.). *Thomas More's Utopia in Early Modern Europe: Paratexts and Contexts*. Manchester: Manchester University Press, 2008.
- GREENBLATT, Stephen. *Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare*. Chicago: University of Chicago Press, 1984 [1980].

<sup>5</sup> Um estudo que, adoptando uma perspectiva relativamente rara, se mostra atento à elaboração retórica dos escritos polémicos de More fica a dever-se a Pineas (1968).

<sup>6</sup> Sobre estes aspectos das edições renascentistas da obra de More, cf. Cave (2008, p. xii e *passim*).

- MANUEL, Frank E., e Fritzie P. Manuel. *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 1979.
- MARINO, Adrian. *The Biography of "The Idea of Literature": From Antiquity to the Baroque*. Trad. Virgil Stanciu e Charles M. Carlton. Albany: State University of New York Press, 1996.
- MORUS, Thomas. *Utopia*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introd. José V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- MÜLLER, Wolfgang G. *Ars Rhetorica und Ars Poetica. Zum Verhältnis von Rhetorik und Literatur in der englischen Renaissance*. Renaissance-Rhetorik / Renaissance Rhetoric. Hrsg. Heinrich F. Prett. Berlin: Walter de Gruyter, 1993, p. 225-243.
- PINEAS, Rainer. *Thomas More and Tudor Polemics*. Bloomington: Indiana University Press, 1968.
- SARGENT, Lyman Tower. *British and American Utopian Literature, 1516-1985: An Annotated, Chronological Bibliography*. New York: Garland, 1988.
- VICKERS, Brian (ed.). *English Renaissance Literary Criticism*. Oxford: Clarendon Press, 1999.